



INSTITUTO DE HUMANIDADES -IH
CURSO DE GRADUAÇÃO DE BACHARELADO EM
HUMANIDADES

FRANCISCO RODRIGO PAIVA DO NASCIMENTO

A AGRICULTURA FAMILIAR COMO FORMA DE SUBSISTÊNCIA NA
COMUNIDADE DO NÚCLEO G

ACARAPE - CE

2023

FRANCISCO RODRIGO PAIVA DO NASCIMENTO

**A AGRICULTURA FAMILIAR COMO FORMA DE SUBSISTÊNCIA NA
COMUNIDADE DO NÚCLEO G**

Projeto de Pesquisa apresentado à Banca Examinadora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades. Orientador: Prof. Dr. Leandro Proença

ACARAPE – CE

2023

FRANCISCO RODRIGO PAIVA DO NASCIMENTO

**A AGRICULTURA FAMILIAR COMO FORMA DE SUBSISTÊNCIA NA
COMUNIDADE DO NÚCLEO G**

Aprovado em:23/11/23

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como subsídio para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: 23 / 11 / 2023

Nota: 10

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra.^a nome do professor (Orientador)

Leandro De Proença Lopes

Prof.^a Dra.^a nome do professor

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

Prof.^a Dra.^a nome do professor

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família que sempre me deu total apoio para seguir nos estudos, sempre me aconselhando a não desistir visto que venho de família de agricultores então eles sempre me disseram que somente os estudos possibilitaram melhores condições de vida.

Queria agradecer também a todos os professores do curso que contribuíram com minha formação durante minha trajetória acadêmica.

Ao meu orientador Leandro Proença que me apoiou durante esse processo de aprendizagem.

Aos educadores da banca examinadora pela presença e que contribuíram com minha pesquisa.

Aos colegas de curso, pela boa convivência, pois foi uma oportunidade única de troca de experiências com pessoas que vieram de outros estados do Brasil. Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a minha formação e a realização deste trabalho. Muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho propõe uma análise sobre as práticas de agricultura familiar na Comunidade do Núcleo G, zona rural localizada na divisa entre os municípios de Pentecoste e São Luís do Curu-CE. Busca identificar e explorar quais são as estratégias utilizadas atualmente pelos pequenos agricultores rurais no uso da agricultura familiar para a geração e manutenção de renda, no que diz respeito ao sustento das suas famílias. A maneira de cultivo agrícola familiar infere uma estrutura de produção em que os terrenos em que se faz a produção são estritamente agregados à família, e por meios deles elas adquirem sua subsistência. Compete, dessa forma, investigar as suas contribuições na vida dos agricultores locais. Teve como objetivos específicos: a) identificar quais as principais produções cultivadas pelos agricultores da comunidade que produzem maior geração de renda e desenvolvimento local, bem como compreender como se deu a construção do projeto do Dnocs que formou a comunidade do núcleo G e sua relação com a agricultura familiar da região. Para isso, propomos uma pesquisa qualitativa organizada de três fases. A primeira será uma aproximação inicial do pesquisador com a comunidade, a fim de ter acesso a informações sobre a agricultura familiar e sua utilização no dia a dia dos moradores. Em seguida, faremos a seleção de moradores aptos a dividir suas experiências na agricultura familiar por meio de rodas de conversas e a à execução de entrevistas semiestruturadas acerca de suas principais plantações cultivadas por suas famílias. Na terceira fase, após o retorno, observação e transcrição das entrevistas e informações coletadas durante as rodas de conversa, iremos recorrer à análise, gerenciamento e cruzamento das informações. Para finalização da pesquisa, produziremos um produto final para a divulgação da pesquisa para a comunidade, que consistirá em um material audiovisual abordando resultados da pesquisa e fundamentos da agricultura familiar na comunidade do Núcleo G bem como sua aplicabilidade.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Subsistência; Agricultores.

ABSTRACT

This work proposes an analysis of family farming practices in the Núcleo G Community, a rural area located on the border between the municipalities of Pentecoste and São Luís do Curu-CE. It seeks to identify and explore which strategies are currently used by small rural farmers in the use of family farming to generate and maintain income, with regard to supporting their families. The way of family agricultural cultivation infers a production structure in which the land on which production takes place is strictly aggregated to the family, and through them they acquire their subsistence. It is therefore incumbent upon us to investigate their contributions to the lives of local farmers. Its specific objectives were: a) to identify which are the main productions cultivated by farmers in the community that produce greater income generation and local development, as well as to understand how the construction of the Dnocs project that formed the G core community and its relationship with family farming in the region. To this end, we propose a qualitative research organized in three phases. The first will be an initial approach between the researcher and the community, in order to have access to information about family farming and its use in the daily lives of residents. Next, we will select residents capable of sharing their experiences in family farming through conversation circles and carrying out semi-structured interviews about the main plantations cultivated by their families. In the third phase, after the return, observation and transcription of the interviews and information collected during the conversation circles, we will resort to analysis, management and cross-referencing of information. To complete the research, we will produce a final product to disseminate the research to the community, which will consist of audiovisual material covering research results and the fundamentals of family farming in the Núcleo G community, as well as its applicability.

Keywords: Family farming; Subsistence; Farmers.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. OBJETIVOS.....	9
2.1 Objetivos gerais.....	9
2.2 Objetivos específicos.....	9
3. JUSTIFICATIVA.....	10
4. METODOLOGIA.....	11
5. DELIMITAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA E DISCUSSÃO TEÓRICA.....	14
5.1 A Comunidade do Núcleo G.....	14
5.2 A agricultura Familiar.....	19
5.3 A agricultura Familiar e a geração de renda	21
6. REFERÊNCIAS.....	25

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto trata-se de uma análise de como se dá a prática da agricultura familiar na comunidade do Núcleo G, zona rural localizada na divisa entre os municípios de Pentecoste e São Luís do Curu. As famílias que residem na comunidade tiram seu sustento de alguns meios de renda, a agricultura familiar, plantios de bananeiras, coqueiros e trabalhos (formais ou informais) em cidades vizinhas, porém, a que se sobressai entre elas como principal meio de subsistência ainda é a agricultura familiar.

O projeto de fundação da comunidade do núcleo G teve início por volta dos anos de 1970, por meio de muitos especialistas que chegaram no Vale do Rio Curu, para estruturar um dos maiores Projetos de Irrigação do estado do Ceará, seria esse o Projeto Sustentabilidade de sistemas de produção irrigados para agricultura familiar: um desafio para os colonos do Projeto Curu Paraipaba, onde a comunidade está incluída (CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2010). Um dos objetivos centrais do projeto era retirar mais de 800 famílias de agricultores familiares da pobreza.

A maneira de cultivo agrícola familiar infere uma estrutura de produção em que os terrenos em que se produz são estritamente agregados à família. A agricultura familiar não é compreendida como trabalho familiar, isso a diferencia da maioria das formas sociais de produção como familiar. Essa distinção se dá através “do papel preponderante da família como estrutura fundamental de organização da reprodução social, através da formulação de estratégias (conceitos ou não) familiares e individuais que remetem diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural” (SAVOLDI; CUNHA, 2010, P.2).

Esse tipo de agricultura desenvolvida em muitas comunidades rurais, se utiliza dessa prática para gerar renda e sustento próprio entre os moradores da comunidade, entretanto desde as primeiras décadas de fundação o projeto vem sofrendo descaso e abandono por parte de seus responsáveis, nesse caso o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS.

As discussões no que se refere a relevância e o dever da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem tomando uma grande proporção ao longo do tempo. O crescimento sustentável, desenvolvimento local, a geração de renda e emprego e sustento familiar tem sido motivo que impulsionaram tal acontecimento (FAO/INCRA, 2000). Dessa forma, apesar da Agricultura familiar ser a principal fonte de renda para os colonos da Comunidade do Núcleo G, as maiorias enfrentam muitas dificuldades para sobreviver desse meio de agricultura em particular, entre elas estão a necessidade de dar maior assistência técnica

e extensão rural, apoio por parte da gestão de suas cidades, projetos de assistência financeira, falta de acesso a meios mais avançados de produção, dificuldades de chegar ao mercado, entre outros.

Essas questões se tornam problemas limitantes que os agricultores enfrentam diariamente e que prejudicam diretamente o desenvolvimento de suas plantações na agricultura. Essa falta de atenção ou descaso que eles passam até os dias atuais pode ser reflexo da importância, ou reconhecimento tardio da Agricultura familiar como categoria fundamental para o crescimento da nação. “Somente a partir dos trabalhos de Guanziroli e Cardim (2000), com o Novo Retrato da Agricultura Familiar Redescoberto, que se percebeu o quanto o segmento é importante para o desenvolvimento do país (GUANZIROLI et al., 2011).”

Sobre a importância da Agricultura familiar Esquerdo Souza; Bergamasco (2015) afirmam que:

A partir dos anos de 1990, esse segmento foi reconhecido pela sua categoria social e produtiva, sendo criadas e implantadas políticas públicas a seu favor. Destaca-se que, até antes desse período, as políticas públicas eram destinadas às médias e às grandes propriedades (ESQUERDO-SOUZA; BERGAMASCO, 2015)

Nesse sentido, considerando essa realidade, essa pesquisa busca identificar e explorar quais são as estratégias utilizadas atualmente pelos agricultores familiares tradicionais da Comunidade do Núcleo G para a geração e manutenção de renda no que diz respeito ao sustento das suas famílias. Será realizada por meio de um estudo bibliográfico e a participação da comunidade através da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos moradores. A pesquisa procura se aprofundar nas questões que estão em torno da Agricultura familiar e a comunidade, bem como desencadear nos moradores uma reflexão a respeito da forma de agricultura que eles exercem para sobrevivência e suas implicações na comunidade e em suas famílias, quanto à renda e sustento.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar como se dá o processo de agricultura familiar praticada pelos pequenos produtores rurais da comunidade do Núcleo G, município de Pentecoste - Ceará, bem como investigar as suas contribuições na vida dos agricultores locais.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar quais as principais produções cultivadas pelos agricultores da comunidade que produzem maior geração de renda e desenvolvimento local;
- Compreender como se deu a construção do projeto do Dnocs que formou a comunidade do núcleo G e sua relação com a agricultura familiar da região;
- Observar quais as estratégias utilizadas atualmente pelos agricultores familiares tradicionais para a geração e manutenção de renda para o sustento das suas famílias;
- Apresentar uma reflexão sobre a agricultura familiar e seu impacto na vida dos pequenos agricultores tradicionais da comunidade do núcleo G.

3. JUSTIFICATIVA

A principal motivação para essa pesquisa, está relacionada ao fato de ser ex-morador da comunidade e o desejo de conhecer mais profundamente a história de formação da mesma, poder transmitir um pouco dessa história por meio desse projeto. Além disso, propagar a história em relação a importância da agricultura familiar para a formação da comunidade e de suas famílias, os primeiros colonos da zona rural do Núcleo G, bem como incluir relatos dos mesmos, contando suas próprias vivências.

Na maior parte da minha infância, cresci muito íntimo da agricultura familiar, sempre observava meu pai acordando ao raiar do dia e indo em direção a um dia de trabalho nas produções agrícolas da nossa família, e muitas vezes eu ia juntamente com ele, ajudá-lo, assim como meus irmãos. Ou seja, acompanhava e participava da preparação do solo, da plantação, da colheita e posteriormente da venda dos produtos que geram renda e um meio de subsistência para nossa família, assim como para muitas outras famílias da comunidade.

Durante todo esse processo na agricultura, era possível ver alguns desafios enfrentados pelo meu pai e outros familiares que trabalhavam na agricultura para viver. Entre eles, a desvalorização dos pequenos produtores tradicionais era notada de forma evidente, assim como a de seus produtos, vendidos por preços bem simbólicos comparado ao valor que é superfaturado ao sair da mão dos agricultores chegando a um consumidor final. Com isso, a renda gerada para muitos é capaz de suprir o sustento da família na medida do possível, mas quando se trata de manter essa renda mensalmente e está com as produções em dia, sem prejuízos, requer alguns cuidados e estratégias, como técnicas de enfrentamento às secas, métodos de irrigação dos terrenos, uso de agrotóxicos, entre outros.

Nesse sentido, essa pesquisa se justifica através da busca em se compreender a realidade vivenciada pelos agricultores da comunidade do Núcleo G quanto às suas práticas utilizadas por meio da agricultura familiar para sua sobrevivência. Por fim, nosso trabalho tem grande importância na realidade local, pois promove a produção de conhecimento a respeito da temática estudada, participação ativa da comunidade em um projeto que diz respeito a sua história e seu modo de viver. Bem como a contribuir para o acervo de trabalhos acadêmicos sobre esse tema ainda é muito carente.

4.METODOLOGIA

A pesquisa aqui proposta se delimita à comunidade de Núcleo G, (divisa entre Pentecoste e São Luís do Curu -CE), no qual foi selecionada a partir de levantamento prévio de acordo com os objetivos deste projeto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com procedimentos técnicos de investigação bibliográfico e de campo, bem como constituída em 3 fases. Todas as fases consistem em responder ao questionamento relacionado à prática da agricultura familiar utilizada pelos pequenos agricultores locais na comunidade bem como se dá o seu retorno como sustento ao lar de suas famílias.

A pesquisa pode ser dividida em três partes: a) a aproximação inicial do pesquisador com a comunidade, por meio de conversas informais e formais com moradores da comunidade com o intuito de ter acesso a informações sobre a agricultura familiar e sua utilização no dia a dia dos moradores; b) serão selecionados alguns colonos da comunidade mais antigos para compartilhar as suas experiências com a agricultura familiar em sua comunidade, por meio de roda de conversa; c) e a elaboração de um produto final, criado junto aos participantes da pesquisa, para ser divulgado para os moradores da zona rural de Núcleo G. Abaixo desenvolvemos com mais detalhes cada uma dessas etapas.

Para Oliveira et al. (2020, p. 02), “[...] uma pesquisa de natureza qualitativa busca dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas”. Visto que terá seu foco voltado a uma realidade que não pode apenas ser quantificada, mas perceber que por trás de todo o cenário de pesquisa há modos de viver, crenças, culturas, princípios, entre outros fenômenos a serem observados. Dessa maneira, a pesquisa qualitativa visa a assimilação e compreensão do fenômeno a partir do seu contexto social, conforme as experiências vivenciadas pelas pessoas nesse meio, visto que a partir dessas vivências a pesquisa será construída, através das interpretações e ideias dos indivíduos que participaram dela (MINAYO,2009, P.21).

Quanto aos meios ou procedimentos técnicos investigativos foi bibliográfica e de campo segundo as abordagens de Gil (2008, p.50) e Gil (2002, p. 53) respectivamente, para ele a pesquisa bibliográfica é produzida através de material já publicado, composto especialmente de livros e artigos científicos. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Refere-se também a uma pesquisa de campo, visto que, vão ser coletados dados primários através de rodas de conversa com agricultores moradores da comunidade de núcleo G. “A pesquisa de campo é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado, conversas e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo” (GIL,2002, P.53).

Na primeira fase da pesquisa, que servirá de respaldo para a escrita deste projeto, foram selecionados alguns materiais bibliográficos a respeito do tema proposto, bem como será estudado mais a fundo o Projeto Sustentabilidade de sistemas de produção irrigados para agricultura familiar, projeto este que foi fundador da comunidade do Núcleo G, que consistirá em material base para o pesquisador entender melhor a história da dos moradores e sua relação com a agricultura familiar. Posteriormente, serão realizadas as conversas informais com os moradores da localidade de modo a identificar os colonos mais antigos que trabalham com agricultura familiar na comunidade bem como introduzir tal temática para eles.

Por conseguinte, a segunda fase corresponde à execução de entrevistas semi estruturadas ou rodas de conversas informais com agricultores familiares moradores da comunidade acerca de suas principais plantações cultivadas por suas famílias que produzem maior geração de renda e desenvolvimento local. Os entrevistados ou colaboradores da pesquisa obedecerão aos seguintes pré-requisitos: a) residir na comunidade de Núcleo G”, e b) serem colonos que conhecem a história da comunidade e c) terem um vínculo ativo com a agricultura familiar.

As entrevistas são técnicas de coleta de dados que segundo Marconi; Lakatos (2010, p. 178) permite a “investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”, com isso, a entrevista é uma forma de elucidar muitas questões e questionamentos a respeito do tema abordado, o que contribuirá imensamente para a condução do estudo. Já as rodas de conversa são uma técnica metodológica que visa aproximar os sujeitos do diálogo de forma a proporcionar uma comunicação mais dinâmica e eficiente.

No que diz respeito a terceira fase compreendemos a importância da multifuncionalidade da agricultura familiar, que tem se tornado mais afirmada e aceita internacionalmente e nacionalmente em virtude de sua relevância, não só no que diz respeito a criação alimentos, mas pela incumbência fundamental de gerar emprego e renda a partir de seus diversos sistemas agrícolas. Por isso, para ser possível na observação e transcrição das entrevistas e informações coletadas durante as rodas de conversa iremos recorrer à análise,

gerenciamento e cruzamento das informações que permeiam os discursos e interpretações dos nossos colaboradores e entrevistados.

Isto posto, para finalização da pesquisa produziremos um produto final para a divulgação da pesquisa para a comunidade que consistirá em um material audiovisual, uma curta documentário, abordando resultados da pesquisa e fundamentos da agricultura familiar na comunidade do Núcleo G bem como sua aplicabilidade. “Em poucas palavras, documentário é uma narrativa com imagens-câmera que estabelece asserções sobre o mundo, na medida em que haja um espectador que receba essa narrativa como asserção sobre o mundo (RAMOS, 2008, p.22) ”.

Uma curta documentário terá um formato reduzido, mas o objetivo não se difere de um documentário em si, o mesmo tem como objetivo de comunicar uma ideia ou visão sobre determinado assunto em pouco tempo. Para Ramos (2001, p.8) sobre a importância de um produto audiovisual seu alcance é que “imagens pictóricas ou descrições orais/escritas de testemunhas oculares, a partir dos mesmos fatos, obtêm reações qualitativamente diversas”. Ou seja, através de uma curta documentário será possível propor uma reflexão e chegar a conclusões de forma coletiva a respeito do tema proposto neste projeto.

Portanto, adotamos como metodologia a pesquisa de campo qualitativa e esperamos obter os seguintes resultados: Conhecer como se dá o processo de agricultura familiar manipulada e aplicada pelos moradores da comunidade do Núcleo G em suas práticas agrícolas; Indicar quais as principais produções cultivadas pelos agricultores que produzem maior geração de renda e desenvolvimento local; Entender como se deu a criação e realização do projeto do Dnocs que formou a comunidade ;Produzir dados capazes de colaborar para a elaboração de um produto final que será disponibilizado a comunidade.

5. DELIMITAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA E DISCUSSÃO TEÓRICA

5.1 A Comunidade do Núcleo G e o Projeto do Dnocs

A comunidade de Núcleo G faz parte da divisa entre os municípios de Pentecoste e São Luís do Curu - Ce, São Luís do Curu se situa a 14 km ao Norte-Leste de Pentecoste, a maior cidade nos arredores e a comunidade fica a aproximadamente 9 km de ambas as cidades de divisa. Mesmo pertencendo a divisa, a comunidade quando pesquisada sua localização aparece pertencente a São Luís do Curu¹. A população da comunidade atualmente é composta por aproximadamente 1200 habitantes que auferem seu sustento principalmente por meio da agricultura familiar (por meio de plantações como coqueiros, bananeiras, de feijão, entre outros) e empregos formais e informais provindo dos municípios mais próximos a ela.

Figura 1: Imagem panorâmica da comunidade do Núcleo G



Fonte: Google,2023.

O Projeto da comunidade surgiu por volta do ano de 1970 através do DNOCS- Projeto Irrigado Curu Paraipaba, com a ideia inicial de retirar muitas (mais de 800) famílias de

¹ GOOGLE MAPS. Localização da comunidade de Núcleo G. Disponível em: <https://www.google.com/maps/dir/-4.2221441,-38.711123/7P9H%2B66+N%C3%BAcleo+G,+S%C3%A3o+Lu%C3%ADs+do+Curu+-+CE,+62665-000/@-3.9454535,-39.6832115,9z/data=!3m1!4b1!4m9!4m8!1m1!4e1!1m5!1m1!1s0x7c089c68727e67d:0x9f79c700291e50a4!2m2!1d-39.2709659!2d-3.7316322?entry=ttu>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

agricultores da pobreza mediante o crescimento da produtividade agrícola e expansão dos canais de comercialização. Assim, com base em um modelo de colonização, por volta de 1982, já estavam assentadas 512 famílias, concluindo o que o DNOCS denominou de 1ª Etapa do Projeto. Entre o final dos anos de 1980 e início de 1990, por meio do assentamento de mais 300 famílias, o DNOCS consolidou a implantação da 2ª Etapa do Projeto” (CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2010, P.6).

O DNOCS segundo o Decreto² 7.619 de 21 de outubro de 1909 foi criado e conhecido pelo nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS. Após isso, teve seu nome editado pelo Presidente Nilo Peçanha, onde foi considerado o órgão que primeiro estudou sobre os problemas do semiárido. Posteriormente, o DNOCS teve novamente uma alteração em seu nome passando ser Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS através do Decreto 13.687 e o Decreto Lei 8.486 de 28 de dezembro de 1945 lhe denominou finalmente como o nome de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, mais tarde se tornou uma autarquia. “O DNOCS é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração Nacional - MI, criada em 1909, atuando em nove estados do Nordeste Semiárido, com a função de contribuir para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e para o desenvolvimento sustentável da região” (ARAÚJO, M; FILHO, D. 2013, P.1)

Segundo os dados do DNOCS cada família de agricultor obtinha dois locais, terrenos separados - um lote de 3,70 ha para a produção das plantações e de 0,5 ha para moradia. Para a subsistência das famílias o DNOCS “viabilizou a implantação de 0,5 ha de laranja e iniciou o plantio de olerícolas, tendo em mira o abastecimento do mercado da capital do estado, Fortaleza. A fonte de proteína dessas famílias viria da criação de gado de leite. Para tanto, nos lotes de pecuária os colonos foram aquinhoados com vacas holandesas” (CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2010, P.6).

De fato, como informado por técnicos e dirigentes do DNOCS, a concepção do projeto tinha um propósito meramente social e um enfoque que postulava o desenvolvimento do espaço rural calcado, exclusivamente, no desenvolvimento da agropecuária, pois o gerenciamento do processo produtivo e da comercialização era de responsabilidade da Cooperativa de Irrigantes do Vale do Curu (CIVAC), criada pelo DNOCS com a responsabilidade de prover a área irrigada de Assistência Técnica, fazer os repasses de crédito agrícola e a comercialização dos insumos e da produção (CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2010,P.7).

² DECRETO Nº 7.619, DE 21 DE OUTUBRO DE 1909. **Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS.**
Disponível em:

No entanto, logo os sistemas de produção que trabalhavam de maneira diversificada tiveram que mudar para a monocultura pois enfrentaram alguns problemas em suas fases de implementação do projeto, como os de comercialização e retorno financeiro. Devido à baixa produção de alguns produtos como a cana de açúcar na região e o seu retorno insuficiente, novas estratégias de produção agrícolas foram adotadas como uma nova orientação para plantios de novos produtos como mamão e coco, que desde o início já se mostraram rentáveis. Porém mesmo alguns problemas de comercialização persistem, tornando o cenário difícil para os agricultores familiares e sua administração, o DNOCS, sendo assim, antes mesmo da implementação da 3 fase do projeto ele já se encontrava em crise.

Nesse contexto, apesar de não ter completado a terceira fase do projeto como era planejado, a parte de implementar uma área irrigada ou local foi de fato designada para os agricultores familiares do Vale do Curu. Porém, devido aos problemas que permeavam o projeto, o DNOCS resolveu assumir um novo sistema de irrigação, sendo seus princípios basilares voltados para a emancipação dos agricultores (colonos).

Vale salientar que o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, é localizado no vale do rio Curu em Paraipaba, Ceará, ficando a 87 km da cidade de Fortaleza. A disposição sócia espacial do Perímetro se dava dividida em oito setores ou núcleos como conhecemos atualmente, sendo eles (B, C1, C2, D1, D2, E, G, H) bem semelhantes uns dos outros, só se diferindo por números de famílias e seu desenvolvimento como setor. “Seja pela paisagem dominada pela cultura do coco ou pela forma como se organizam as estruturas físicas – uma igreja da religião católica e outra da assembleia, uma praça, uma quadra de futebol, uma sede de associação, uma casa de comércio, etc.” (CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2010, P.9).

Segundo relatos dos colonos mais antigos da comunidade, um deles seu Joaquim, o DNOCS prestou assistência e acompanhamento a comunidade até o ano de 2014, eles eram os principais compradores dos produtos que provinham comunidades, os produtos eram mais valorizados e comprados a preço mais justo, porém após esse ano veio a seca, muitas perdas para eles no que diz respeito à baixa produção e retorno, dificuldades para irrigação do perímetro, pois as secas que eram utilizadas para isso ficaram inutilizadas com a falta de água e com o tempo quebraram.

Existia também na época uma associação dos moradores que fazia esse acompanhamento e trabalhava junto ao DNOCS e as comunidades rurais vizinhas, ela ficava

localizada no Posto agrícola, próximo ao Núcleo G. Além disso, vinha recursos através de materiais e equipamentos para as comunidades, que auxiliavam nas plantações.

No entanto, com a saída do DNOCS os moradores ficaram por conta própria e enfrentaram bastante dificuldades para manter suas famílias através da agricultura familiar, sem apoio nenhum de um órgão ou gestão municipal, assim foram obrigados pela necessidade a se reunirem em grupos, os que tinham ainda o que cuidar após as perdas com a seca, fizeram um empréstimo para conseguirem manter as plantações de seus terrenos. Com o dinheiro desse empréstimo eles puderam retomar as irrigações dos terrenos agora por meio de motores, micro aspersores, pois as secas, sistema utilizados anteriormente se tornaram inutilizáveis, criaram outra forma de irrigar em conjunto, cada família comparava um motor e dividia, investiram em formas de adubação e manutenção de suas plantações.

Nesse cenário, muitos pequenos agricultores perderam suas plantações em consequência da seca, tendo que procurar outras formas de emprego. Outros que conseguiram se erguer aos poucos depois desse empréstimo seguiram investindo na agricultura familiar mesmo com todas as dificuldades, porém agora era diferente. Os produtos não tinham mais compradores certos, surgiram então os que eles chamam de atravessadores, pessoas de fora ou mesmo da comunidade que tem mais condições financeiras e que compram os produtos, banana, coco, dos pequenos agricultores por preços bem injustos e vendem pelo dobro ou mais do valor para terceiros.

Atualmente é assim com muito trabalho e força que a comunidade sustenta sua renda local e prover alimento para suas famílias, cada comunidade vive de forma independente. Assim, mesmo considerando algo de extremamente importante, o projeto do Dnocs que fundou os loteamentos, setores ou as comunidades do núcleo G, percebe se que a assistência necessária para cada comunidade se desenvolver após implementação do projeto foi insuficiente. Uma vez que tanto por parte do Dnocs como da prefeitura responsáveis, os agricultores não recebem nenhum tipo de auxílio, nem em relação a informações tecnológicas para cuidar melhor de seus terrenos, nem financeiros para manter suas plantações e viverem somente por meio da agricultura familiar.

Ao longo dos anos, ainda conseguiram realizar algumas reuniões com DNOCS a fim de retomar os laços, porém sempre apontam que restabelecer o perímetro e retomar ao projeto inicial sairia caro demais para eles e preferem não fazer nada a respeito. A última aconteceu em 2023 por intermédio de um representante político que reuniu representantes dos perímetros ou

comunidades com o DNOCS a fim de propor melhorias para as comunidades, muitas promessas, mas sem garantias, quem participou representando a comunidade do núcleo G foi o seu Ronildo Oliveira.

Desse modo, segundo os colonos da comunidade as principais produções cultivadas pelos agricultores do núcleo G são coco, banana, macaxeira, milho, feijão, mamão, sendo plantados e colhidos dependendo da época (estações e condições climáticas) em que seja melhor de colheita para cada produto, bem como suas demandas. No entanto a banana e o coco são os principais no que tange a geração de renda e desenvolvimento local, isso acontece devido esses produtos podem ser plantados e colhidos de forma mais frequente, e por possuírem uma demanda muito maior em relação aos outros produtos.

Vale destacar também, que as plantações de feijão e milho normalmente são usadas apenas para subsídio alimentar das famílias, diferente dos outros produtos que são utilizados tanto para o consumo quanto para geração de renda familiar. Assim pode se afirmar que gira a economia local é o trabalho de agricultura familiar dos moradores, principalmente pelas plantações de coco e banana na comunidade, que semanalmente ou mensalmente já tem colheitas e vendas certas de uma determina quantidade de bananas e cocos para vender para outros colonos que possuem maior poder aquisitivo ou também para compradores de fora fixo que fazem revenda desses produtos, e às vezes até para escolas municipais, por parte da prefeitura, por meio de um programa chamado: Agricultura Familiar, onde são comprados produtos de agricultores dos arredores por preços justos ao mesmo tempo que integra esses colonos ao programa da prefeitura.

Nesse sentido, os agricultores da comunidade por conta própria procuram as melhores estratégias para manter suas plantações frente às secas que aflige a região, contra a desvalorização de seus produtos, vendidos a preços muito baixos comparado ao valor final que é repassado para o mercado para revenda, a fim de gerar e manter uma renda mínima para sua sobrevivência e de suas famílias. Entre essas estratégias seu Ronildo Oliveira e outros colonos citou as principais, eram elas a irrigação através de micro aspersores, o uso de agrotóxicos, adubação, rodízio para irrigação, plantação e colheita.

Desse modo, na irrigação, eles fazem um rodízio semanal, cada conjunto de colonos, normalmente separados por família, se alternam por dias e horários para irrigar seus terrenos, que normalmente ficam próximos, por isso conseguem utilizar o mesmo motor. Ele apontou que para diminuir a conta de energia é preferível fazer a irrigação à noite, uma vez que o

quilowatt-hora (kWh) é menor nesse turno. Em relação ao uso dos agrotóxicos eles relataram que fazem a pulverização acontece geralmente uma vez por mês no terreno para preparar o solo para a plantação, isso vale ressaltar que fazem sem orientação alguma de um agrônomo, pois a prefeitura não auxilia nisso também. Já a adubação, acontece geralmente de forma anual, é um processo que serve para repor a fertilidade do solo, também preparando para que as plantas se desenvolvam saudáveis. Após a plantação, é necessário se preparar para a colheita e venda dos produtos.

5.2 A agricultura Familiar

O que se entende por uma forma de agricultura familiar presume ser que tenha um setor de trabalho onde a mão de obra e propriedade estão profundamente vinculados à família. A produção feita por aquela família, sua força de trabalho não se resume ao trabalho familiar, mesmo sendo contrastante o trabalho assalariado exterior e os membros das famílias receberem salários de forma externa ao local de trabalho, não seriam o bastante para caracterizar uma produção como familiar.

Nesse sentido, para Salvadi e Cunha (2010, p.2) a separação entre família e setor de produção só poderia ser evidenciada “quando fosse rompido o comprometimento do indivíduo com os interesses da propriedade e da exploração econômica... A família à propriedade, quando a terra passaria a ter valor somente como mercadoria”.

A agricultura familiar é uma categoria social vinculada a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho, estão intimamente ligados à família. A agricultura familiar é uma depositária de uma cultura cuja reprodução é necessária para dinamização técnico econômica, ambiental e social do meio rural (LAMARCH,1993).

Segundo Lamarche (1993, p.24) é usual descrever a agricultura familiar como um ramo ultrapassado, no que se refere a perspectiva da economia, da tecnologia e social, sendo ela vista como objetivando a subsistência e a produção de alimentos suficientes para essa finalidade. Porém, para o autor isso foge totalmente da real representação da agricultura familiar pois ela “deve ser analisada em seu conjunto, ou seja: tendo em conta diversas entidades que a estruturam. Compreender seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função da qual o agricultor determina suas escolhas fundamentais. Essas lógicas se definem em relação a um determinado número de sistemas”.

Dessa maneira, é importante como se deu a história da agricultura familiar no Brasil para melhor compreender sua importância nos dias atuais. Para (Guimarães ,1981 apud

SALVADI;CUNHA, 2010, P.6) ao estudar sobre esse tema, trouxe à tona o conceito sobre propriedade, e afirma que ela passou a aparecer no estado brasileiro após muitas lutas entre senhores de terras e trabalhadores, até que cada um pudesse ser dono da sua própria terra e plantações “Moradores agregados, intrusos ou posseiros que determinam por aceitar a trabalhar na piores terras e por fundar nas proximidades dos latifúndios ou distante deles, alguns cultivos de subsistência, casas de farinha, engenhocas e produção de aguardentes, isto ocorreu até que o sistema escravista começou a desagregar-se e, com ele, o monopólio latifundiário da terra”.

A partir do século XIX, desencadeou-se a crise na cafeicultura, a principal atividade econômica do país naquele momento. A alternativa encontrada pelos proprietários foi o retalhamento da propriedade, que beneficiou os antigos imigrantes, significou a própria reafirmação das condições em que se processou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, na medida em que se recolocou a importância da terra como meio de produção fundamental. O parcelamento gerou o desaparecimento de uma pequena propriedade diferente dos núcleos oficiais de colonização (GRAZIANO, 1978).

Nessa perspectiva, os avanços quanto a modernidade na agricultura familiar foi ganhando mais força por volta de 1970, causando muitas mudanças no cenário rural brasileiro. Esses avanços por sua vez, também trouxeram alguns pontos negativos como cita o autor Brumer (1993) “a precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e produção (especialmente da terra), caráter rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção, pobreza da população engajada nas atividades agropecuárias, constatadas na grande mobilidade espacial e dependência diante da grande propriedade”. Entretanto, tais adversidades não foram capazes de interferir no desenvolvimento e avanço social da agricultura familiar, pelo contrário, a cada dia ganha mais força em realizar o que se propõe diante da sociedade.

De acordo com Pinheiro (1999), no final do século XX a agricultura familiar começou a ganhar visibilidade no mercado, na mídia e em outros espaços representativos. Diante do governo, foi inserida como propriedade no ano de 1990, quando foi lançado o PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em agosto de 1995. Inicialmente era apenas uma linha de crédito para custeio.

Assim, depois essa linha de crédito, seguindo as reivindicações da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), culminou na criação do PRONAF (Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) em 1996” (SALVADI E CUNHA (2010, p.8). Sua finalidade era a promoção do desenvolvimento sustentável no que se refere ao setor da agricultura rural, promovendo um novo mundo rural, onde seria composto

pelos agricultores familiares, atividades agrícolas, que teriam um grande incentivo para o crescimento da produção, geração de renda e empregos.

Assim, segundo Segundo Lamarche (1994, p.19):

Os agricultores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro. Suas chances de atingir o modelo ideal, ou simplesmente de se aproximar dele, dependerão da complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles.

Desse modo, os agricultores familiares se diferem no que diz respeito ao acesso aos recursos disponíveis e a capacidade de gerar renda e riquezas, bem como possuem diferenças quando se fala de alcance de potencial, limitações quanto a possibilidade de mais recursos ou alcance de renda. Mais dessemelhanças que caracteriza os agricultores familiares são apontadas por Salvodi (2010, p. 16) “diferenciam-se também em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação (aprendizado adquirido quanto à inversão ambiental e socioeconômico que podem variar radicalmente entre grupos de produtores”.

5.3 A agricultura Familiar e a geração de renda

De acordo com a Lei Federal n. 11.326,³ de 24 de julho de 2006, no artigo 3º (BRASIL, 2006), são destacadas como características primordiais para se enquadrar como agricultores familiares: (i) não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; (ii) a mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar e (iii) o maior percentual da renda ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento. Sendo assim, como agricultura familiar tradicional entendem-se, neste estudo, os agricultores enquadrados na Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006, não pertencentes à reforma agrária.

Nesse contexto, o agricultor familiar passou a gerar sua renda a partir do que ele conseguia produzir (plantar) e gerenciar por meio do retorno dessa plantação, isso, dependendo do acesso aos recursos a ele oferecidos para cuidar da sua fonte de renda, em como sua capacidade para tal. Com o avanço do PRONAF e adequações até os dias atuais as políticas agrícolas que antes não existiam, começaram a surgir, como por exemplo quando o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAF), criado durante o Governo Itamar Franco, atendendo de forma mais específica os agricultores familiares e suas necessidades.

³ LEI FEDERAL nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 10 de julho de 2023.

“Não existia nenhum tipo de política especial para o segmento da agricultura familiar, sendo esta atividade; inclusive, uma definição conceitual bastante imprecisa, uma vez que a mesma era tratada de distintas formas” (SAVOLDI,2010, P.25).

O PRONAF tinha como finalidade reservar uma quantidade de crédito com taxas de juros de forma que fosse possível os agricultores terem acesso. Os montantes dos contratos divergiam dependendo da região e do produto de cada comunidade. Segundo Savoldi, 2010, p.25 “essa modalidade começou a vigorar a partir de 1997, com o objetivo de melhorar as condições gerais dos municípios e viabilizar a permanência dos agricultores nas atividades produtivas”. Ou seja, no acesso a recursos que pudessem proporcionar avanços na produção, geração de renda, e desenvolvimento para os agricultores rurais.

Para isso, deve-se destacar como um dos aspectos fundamentais para essa nova fase da política pública a questão da institucionalidade. Ao longo dos últimos anos foram sendo criadas instâncias de representação e de decisão desde o âmbito municipal até o federal, colocando uma possibilidade concreta de gestão social para além das fronteiras da ação específica dos órgãos estatais. Com isso, abrem-se espaços para a sociedade civil intervir concretamente na formulação, implementação e avaliação da política destinada ao fortalecimento da agricultura familiar (SAVOLD, 2010, P.26).

Dessa maneira, para ganhar representatividade no mercado agrícola brasileiro, a agricultura familiar tinha que conquistar o seu espaço enquanto um segmento econômico de geração de renda que também precisa de políticas e programas que os incentivem e ajudem a seguir se desenvolvendo na agricultura, bem como gerando subsídio para suas famílias com a produção, uma vez que foi um setor menos favorecido comparado ao grande crescimento da agricultura moderna brasileira.

Sendo assim, a agricultura familiar ganha um caráter de agricultores em transição, ou seja, aqueles que apresentariam potencialidades de serem transformados em empresas familiares viáveis, através da incorporação de tecnologia e de uma racionalidade econômica voltada para as demandas do mercado. Com base nisso, cabe definir o tipo de agricultor familiar que será beneficiado pelas limitadas verbas públicas, por isso se deve ter claro os objetivos dessa política; e o PRONAF surge como uma proposta política de melhores condições materiais de superar as condições e as dificuldades que o agricultor familiar encontra para se integrar no mercado e poder criar condições de subsistência e permanecer no campo ((SAVOLD, 2010, P.27).

Nesse sentido, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE⁴ de 2006 foi a partir desse ano que a agricultura familiar passou a integrar o Censo

⁴ CENSO agropecuário 2006. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2023a]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: set. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2006/2010.

Agropecuário, ela por sua vez corresponde a um quarto da área, respondendo a 38% do valor da produção (ou R\$54,4 bilhões) do total. Ou seja, mesmo cultivando uma área menor a agricultura familiar tem a responsabilidade de assegurar a preservação e seguridade dos alimentos do Brasil, pois é a partir desses alimentos que são formadas as cestas básicas que serão consumidas por cada brasileiro e suas famílias. “O valor bruto da produção na agricultura familiar é 677 reais por hectare/ano”.

Ainda segundo esse Censo, o que chama atenção de forma muito favorável é o número de pessoas que trabalham na agricultura: 12,3 milhões de trabalhadores da zona rural estão em organizações de agricultura familiar (74,4% do total de ocupantes no campo). Sendo assim, é possível dizer que a cada dez pessoas que trabalham no campo, sete estão na agricultura familiar, que corresponde a 15,3 pessoas por 100 hectares.

Os dados do IBGE apontam que em 2006, “a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo, soja (16%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$13,99 mil”. Em outras palavras, só reafirma a importância desse tipo de agricultura para muitos agricultores, para a economia agrícola e muitos setores brasileiros.

De acordo com dados mais atuais do IBGE, em ⁵Em 2017 o número é de 66,3% dos trabalhadores em atividades agropecuárias. No que diz respeito aos agricultores da agricultura familiar 81,0% estava na condição de proprietário de terras, a idade deles estava em valores maiores que a faixa etária de 55 anos, diferente do que se encontra na agricultura não familiar, onde a grande maioria dos trabalhadores estavam em idades de até 55 anos. “Do total de estabelecimentos agropecuários e aquicultores nacionais (5 073 324), 76,8% correspondiam à agricultura familiar (3 897 408), ocupando 23,0% do total da área dedicada a atividades

⁵ CENSO agropecuário 2017. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2023b]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: set. 2023.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017. Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuária/21814-2017-censo-agropecuário.html?T=públicas>. Acesso em: set. 2023.

agropecuárias. Uma pequena parcela desses estabelecimentos é classificada como de produtores sem área (1,4%)”.

Assim, segundo dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017, a agricultura familiar engloba o maior número de unidades produtivas no Brasil e ajuda de maneira expressiva na geração de empregos relacionados às atividades como agropecuária, artesanais e agroindustriais tanto na zona rural quanto urbana. Com isso, podemos perceber que a agricultura familiar exerce um papel muito significativo no que se refere a uma alimentação segura nacionalmente “ao colaborar com o consumo interno e alimentar das cadeias locais e regionais de produção e distribuição de alimentos e derivados (ABRAMOVAY, 1997 apud SAVOLDI; CUNHA, 2010) ”.

7. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M; FILHO, D. O desenvolvimento sustentável de regiões semiáridas do Brasil e dos Estados Unidos: o papel do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e dos United States Bureau of Reclamation (USBR). XII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, Fortaleza- Ce, 2013.

BRASIL. Decreto n. 8.486, de 28 de dezembro de 1945. Dispõe sobre a reorganização da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (I.F.O.C.S.), que passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S.). Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes. Diário Oficial da União - Seção 1 - 2/1/1946, Página 4 (Publicação Original).

BRASIL. Decreto n. 13.687, de 9 de julho de 1919. Dispõe sobre a ementa: Aprova o regulamento para a Inspeção Federal de Obras contra as Secas. Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes. Poder Executivo. Situação revogada. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/7/1919, Página 9992 (Replicação).

BRASIL. Decreto n. 7.619, 21 de outubro de 1909. Aprova o regulamento para organização dos serviços contra os efeitos das seccas. Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes. Diário Oficial - 26/10/1909, Página 7702 (Publicação Original).

BRUMER, A. “A exploração familiar no Brasil”. In: LAMARCHE, H. (coord.). A agricultura familiar: comparação internacional. Trad. De Maria Nabokov Taiuva. Campinas UNICAMP, 1993, p.179-234, (coleção de repertórios).

Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. *Sustentabilidade de sistemas de produção irrigados para agricultura familiar: um desafio para os colonos do Projeto Curu Paraipaba, 2010*. São Luís, MA.

CENSO agropecuário 2006. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2023a]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: set. 2023.

CENSO agropecuário 2017. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2023b]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: set. 2023.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017. Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuária/21814-2017-censo-agropecuário.html? t=publicações>. Acesso em: set. 2023.

DECRETO-LEI Nº 8.486, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1945.

ESQUERDO-SOUZA, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia M. Pessoa Pereira. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. Revista Extensão Rural, Santa Maria, RS, v. 22, n. 1, jan. /mar. 2015.

FAO/INCRA. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

GRAZIANO, J. da Silva. “Antecedentes históricos”. In: Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 31-32.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth C. S. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2000.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas S.A, 4a Edição, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de pesquisa social. Editora Atlas S.A, 6a Edição, 2008.

GOOGLE MAPS. Localização da comunidade de Núcleo G. Disponível em: <https://www.google.com/maps/dir/-4.2221441,-38.711123/7P9H%2B66+N%C3%BAcleo+G,+S%C3%A3o+Lu%C3%ADs+do+Curu+-+CE,+62665-000/@-3.9454535,-39.6832115,9z/data=!3m1!4b1!4m9!4m8!1m1!4e1!1m1!1s0x7c089c68727e67d:0x9f79c700291e50a4!2m2!1d-39.2709659!2d-3.7316322?entry=ttu>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2006/2010.

LAMARCHE, H. “A agricultura familiar: uma realidade multiforme”. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. A análise da empresa familiar agrícola ou industrial. In: Association des Ruralistes Français. Lê monde rural et lês Sciences Sociales: omission ou fascination. Colóquio da Association des Ruralistes Françaises. Tradução de Auro Luiz da Silva. Paris, 1994 a. XIX.

LAMARCHE, H. (coord.) A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas: UNICAMP, 1993.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MINAYO-M.-Cecília-org.-Pesquisa-social-teoria-método-e-criatividade. Petrópolis, RJ: Editora Vozes,2009.

OLIVEIRA, G. S.CUNHA, A. M. O. CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? In: Cadernos da Fucamp, UNICAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

PINHEIRO, D. “A agricultura familiar e suas organizações, o caso das associações de produtores”. In: TEDESCO, J.C. (org.) A agricultura familiar, realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 329 . 355.

RAMOS, Fernão; CATANI, Afrânio (orgs.), Estudos de Cinema SOCINE 2000, Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2001.

RAMOS, Fernão . Mas afinal, o que é mesmo documentário? São Paulo, SP: Senac São Paulo, 2008.

SALVOLDI, Andréia. A Agroindústria de pequeno porte como forma de reprodução social e econômica da Agricultura familiar do sudoeste do Paraná. Ponta Grossa, 2010.

SAVOLDI, A; Cunha, L; uma abordagem sobre a Agricultura Familiar, o Pronaf e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970. Revista Geografar www.ser.ufpr.br/geografar Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan. /jun. 2010.